



# BOAS PRÁTICAS

## Vulnerabilidade à flor da pele

Universidade investiga pesquisa antiética em dermatologia realizada com presidiários nos anos 1960 e 1970 e pede desculpas

**A** Universidade da Califórnia em São Francisco (UCSF) adotou uma estratégia assertiva para lidar com casos de má conduta científica ocorridos há muito tempo, quando as normas regulando a ética na pesquisa ainda não estavam bem estabelecidas e comportamentos hoje considerados inaceitáveis eram tolerados. A instituição criou, um ano atrás, o Programa de Reconciliação Histórica, com a tarefa de investigar e reparar eventuais abusos cometidos no passado por seus cientistas.

Em dezembro, o primeiro relatório produzido pelo programa foi divulgado. Fruto do esforço de um comitê de investigação que analisou mais de 7 mil documentos ao longo de seis meses, o trabalho debruçou-se sobre experimentos questionáveis feitos com prisioneiros de um hospital penitenciário estadual em Vacaville, na Califórnia. Dois pesquisadores do Departamento de Dermatologia da UCSF, Howard Maibach e William Epstein, realizaram nas décadas de 1960 e 1970 estudos que expuseram cerca de 2,6 mil presos a pesticidas, herbicidas e a remédios com potenciais efeitos colaterais. As substâncias eram aplicadas na pele dos detentos e injetadas na veia para aferir eventuais reações no organismo humano.

Em alguns testes, os voluntários ficavam expostos a caixas com mosquitos e eram picados por eles, com o objetivo de monitorar os mecanismos de atração dos insetos e das próprias picadas. A maioria dos presos estava internada no hospital penitenciário para diagnosticar ou tratar problemas psiquiátricos. A participação era voluntária e recompensada com o pagamento de US\$ 30 mensais.

O relatório detectou problemas na condução das pesquisas. O principal deles foi a ausência de protocolos sobre “consentimento informado”, por meio do qual voluntários em ensaios clínicos são comunicados acerca dos riscos à saúde que estão correndo e sobre seus direitos caso surjam danos mentais ou físicos resultantes da pesquisa.

O comitê analisou 34 artigos científicos publicados de 1960 a 1980 que estão relacionados, direta ou potencialmente, a experimentos com os detentos de Vacaville e praticamente não encontrou menções a consentimento informado, embora ele tenha se tornado obrigatório a partir de 1966. Uma exceção foi um *paper* publicado em 1975, que destaca a aprovação do Comitê de Pesquisa Humana (CHR) da UCSF, órgão instituído um ano antes. Aparentemente, a dupla de dermatologistas conseguiu driblar as normas da universidade ao atribuir a coordenação dos experimentos apenas a uma organização sem fins lucrativos, o Instituto Solano de Pesquisa Médica e Psiquiátrica, mesmo quando eram conduzidos na UCSF. Outro agravante é que os experimentos não tinham nenhuma finalidade terapêutica. Os prisioneiros não eram portadores de doenças ou condições clínicas que pudessem ser tratadas ou aliviadas por meio das substâncias a que foram expostos. Os estudos só foram interrompidos em 1977, quando o estado da Califórnia proibiu pesquisas com cobaias humanas em suas instituições penais – um ano antes, elas já haviam sido vetadas em presídios federais.

De acordo com o relatório, antes de trabalhar na UCSF, Maibach e Epstein estagiaram na Universidade da Pensilvânia, onde receberam treinamento do dermatologista Albert Kligman [1916-2010], que entre 1951 e 1974 conduziu experimentos antiéticos com prisioneiros negros da penitenciária Holmsburg, na Filadélfia. Financiado pela Dow Química, Kligman expôs cerca de 80 homens a altas doses de dioxina, matéria-prima de herbicidas e armas químicas, para estudar os efeitos do contaminante. Em 2019, uma investigação feita pelo Penn Medicine, centro médico da universidade, concluiu que as pesquisas não transgrediram as leis da época, mas foram antiéticas e desrespeitosas com os participantes. Há dois anos, como medida de reparação histórica, recursos deixados por Kligman para um fundo da universidade foram redirecionados para bolsas e projetos sobre doenças que atingem pessoas ne-

gras (*ver Pesquisa FAPESP nº 308*). O pesquisador foi um dos descobridores, no final dos anos 1960, do potencial do ácido retinoico, o Retin-A, no tratamento da acne e de espinhas.

Como William Epstein morreu em 2006, o comitê de investigação da UCSF se ateve ao trabalho de Maibach, ainda ativo. Com mais de 60 anos de carreira, ele publicou cerca de 2,5 mil artigos e foi membro do comitê editorial de mais de 30 revistas científicas. Ele foi informado do teor do relatório antes de sua publicação e divulgou um carta explicando o contexto das pesquisas e pedindo desculpas. “O que eu acreditava ser ético há 40 ou 50 anos não é considerado ético hoje”, afirmou. “O trabalho que fiz com colegas foi considerado por muitos como adequado aos padrões da época, embora esses padrões estivessem claramente em evolução. Eu obviamente não trabalharia nessas circunstâncias hoje – já que a sociedade em que vivemos considera isso inapropriado de modo inequívoco”, retratou-se. Ele ressaltou, contudo, que nenhum dano à saúde dos pacientes foi registrado na época e que, em muitos casos, houve o consentimento informado, ainda que não tenha sido mencionado nos artigos científicos.

**E**m bora não haja evidências de que os estudos com os detentos californianos tenham tido algum viés racial, o relatório observa que a produção científica de Maibach sobre diferenças raciais da pele utilizou terminologia hoje considerada imprópria e ajudou a perpetuar uma abordagem vista atualmente como equivocada. O pesquisador também mencionou esse flanco em seu pedido de desculpas, afirmando que “cheguei ao entendimento de que a raça sempre foi uma construção social e não biológica, algo não apreciado por muitos de nós em uma era anterior”.

No relatório, o comitê fez uma série de recomendações para a UCSF. Sugeriu que a universidade divulgue essas descobertas para sua comunidade, inicie um projeto de história oral com indivíduos submetidos aos experimentos em Vacaville entre 1955 e 1977, publique uma declaração oficial de desculpas e prossiga com investigações. Em resposta, o vice-reitor da UCSF, Dan Lowenstein, lançou uma declaração oficial sobre o caso de Maibach e Epstein. “A UCSF pede desculpas por seu papel explícito no dano causado a sujeitos, suas famílias e nossa comunidade ao facilitar essa pesquisa. Também reconhece o papel implícito da instituição em perpetuar o tratamento antiético de populações vulneráveis e carentes”, escreveu. De acordo com Lowenstein, o reconhecimento de danos causados no passado e o esforço para promover uma reconciliação histórica com vítimas de práticas abusivas são essenciais para promover justiça e transformação no tempo presente. ■ **Fabício Marques**

## Uma cadeia de plágios na principal universidade mexicana

**U**m escândalo de plágio na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) movimentou a escolha do novo presidente da Suprema Corte mexicana nos primeiros dias de 2023. A candidatura da juíza Yasmín Esquivel Mossa, 59 anos, que tinha o apoio declarado do presidente da República, Andrés Manuel López Obrador, perdeu fôlego quando se descobriu que seu trabalho de conclusão do curso (TCC) de direito na Unam, defendido em 1987, copiou o apresentado um ano antes pelo advogado Edgar Ulises Báez Gutiérrez. A introdução e a conclusão eram idênticas. Até o título dos dois estudos era o mesmo: “Inoperancia de los sindicatos en los trabajadores de confianza del Artículo 123 Apartado A”. A principal diferença entre os dois textos é a ausência, no trabalho da juíza, de um estudo de campo feito por Gutiérrez. “É um plágio tão malfeito que chega a ser grosseiro. Só faltou plagiar os agradecimentos”, disse

Juan Jesús Garza Onofre, pesquisador do Instituto de Pesquisas Jurídicas da Unam, à edição mexicana do jornal espanhol *El País*.

O que poderia ser um caso de má conduta individual envolvendo uma figura pública ganhou contornos de escândalo acadêmico disseminado quando se descobriu que Esquivel e Gutiérrez tiveram uma mesma orientadora, Martha Rodríguez Ortiz, e que ela supervisionou outros trabalhos plagiados entre 1986 e 2010. Um capítulo de 25 páginas desse mesmo TCC reapareceu nos trabalhos de dois alunos orientados pela docente em 2008 e 2010. Em 1993, um estudante da Unam, Juan Carlos Blanco Silva, que hoje atua como procurador, apresentou pela terceira vez o conteúdo como se fosse original, embora com título diferente. Ele não foi, porém, orientado por Ortiz. Um erro gramatical – uma vírgula separando sujeito e predicado – está presente em todas as cópias.

A Unam, que é a maior universidade pública do México, com mais de 170 mil alunos de graduação e 24 mil de pós-graduação, abriu uma investigação sobre a cadeia de casos de plágio e Esquivel pode ter o diploma revogado. Ela se disse vítima de perseguição e fez circular a versão de que o trabalho original era o dela, enquanto o plagiador seria Gutiérrez, embora ele tivesse apresentado o TCC primeiro. O advogado negou. O presidente Obrador saiu em defesa da juíza, que nomeara em 2019, afirmando que a acusação buscava atingi-lo.

A magistrada acabou preterida na eleição, mas nem por isso o México deixou de ter, pela primeira vez, uma mulher no comando de sua Corte Suprema. A escolhida entre cinco candidatos lançados foi Norma Lucía Piña, de 63 anos, especialista em direito constitucional que integra o tribunal desde 2015. Ela recebeu seis dos 11 votos dos juízes da Corte e ficará no cargo pelos próximos quatro anos.

## Combate a revistas predatórias na Índia

**A** Índia afrouxou as regras para o ingresso e a conclusão de cursos de doutorado. Segundo normas atualizadas pela Comissão de Bolsas Universitárias, órgão que regula instituições de ensino superior do país, estudantes que concluam cursos de graduação de quatro anos de duração e tenham médias iguais ou superiores a 75% do aproveitamento máximo poderão entrar diretamente no doutorado sem precisar passar pelo mestrado. Outra mudança tem como objetivo reduzir a incidência de má conduta nos programas de pós-graduação. Deixará de ser obrigatório que estudantes publiquem artigos em revistas acadêmicas para receber o grau de doutor. A nova diretriz busca combater a disseminação de periódicos que divulgam qualquer artigo em troca de dinheiro sem fazer uma avaliação de sua qualidade, as chamadas revistas predatórias.

As mudanças receberam críticas. Teme-se, de um lado, que o fim da exigência do mestrado sobrecarregue e desarticule os cursos de doutorado existentes. Já no caso dos periódicos predatórios, o medo é enfraquecer a formação de futuros pesquisadores. “Se queremos pesquisa de boa qualidade e estamos preocupados com o surgimento de periódicos predatórios que lucram com a exigência de publicação dos alunos, o alvo deveria ser as revistas”, disse à *Times Higher Education* Sipra Mukherjee, professora de inglês da Universidade Estadual de Bengala Ocidental. Já o físico Debashis Ghoshal, pesquisador da Universidade Jawaharlal Nehru, é otimista. “Isso eliminará a razão de existência dos periódicos predatórios, mas apenas se for acompanhado de mudanças apropriadas em processos de contratação e promoção do corpo docente”, afirmou.